

# Governo evita votação de MP

*Congresso dá novo espetáculo: troca de socos, acusações e falta de quórum*

Francisco Stuckert

Após quatro horas de discussão, em que houve até troca de socos entre parlamentares, o Congresso encerrou sua sessão de ontem sem votar a Medida Provisória nº 434, que será reeditada até quarta-feira, dia 30, para que continue em vigor a Unidade Real de Valor (URV) e possa ser criada a nova moeda, o Real. O Governo pretende reeditar a medida sem alterações. Novas sessões foram convocadas para hoje, segunda e terça-feira para analisar a MP, mas não deverá haver quórum para a votação. O Congresso abriu caminho, assim, para que o Governo execute seu programa econômico sem alterações, pelo menos por mais um mês.

O PMDB, o PFL e o PSDB retiraram a quase totalidade de suas bancadas para que, às 14h00, não fosse prorrogada a sessão iniciada às 10h00. Dos 102 deputados em plenário, no final da sessão, havia apenas 10 do PMDB, dois do PFL e um do PSDB. As bancadas do PT, PDT e do PPR tentaram garantir a sessão, colocando 64 deputados em plenário para votar a medida. Minutos antes, 371 deputados e 14 senadores tinham registrado presença. O líder do PMDB na Câmara, Tarcísio Delgado (MG), afirmou que a reedição da MP não impede que se chegue a um acordo para votação das medidas econômicas "em 10 ou 15 dias".

Bastante tensa, a sessão começou com uma briga entre os deputados Luiz Carlos Hauly (PPR) e José Cicote (PT-SP). Vice-líder do Governo na Câmara, Hauly pediu verificação de quó-



**Vigilante, de braço erguido, é acusado de falta de decoro**

rum para derrubar a sessão logo no início. "O interesse do Governo é reeditar e não votar as mudanças que estão sendo propostas na MP", disse ele. Foi contestado por Cicote e, chamado de "boba-lhão" pelo adversário, reagiu com um soco no rosto de Hauly. O presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), determinou à Câmara que investigue o incidente.

**"Picaretagem"** — Ao final da sessão, um novo embate envolveu o próprio Lucena. Irritado com o encerramento da sessão após reduzido prazo para que os deputados fossem a plenário registrar nova presença, o deputado Chico Vigilante (PT-DF) acusou Lucena de "picaretagem". O deputado gritou várias vezes até ser contido por colegas de partido. Lucena prometeu processá-lo por falta de decoro parlamentar.

A principal divergência entre

os partidos do Governo e os partidos da oposição é a reposição das perdas salariais decorrentes da correção à URV, além da possibilidade de incorporações futuras se houver inflação na nova moeda, o Real. O relator da MP, deputado Gonzaga Mota (PMDB-CE), fez um projeto de conversão em que previa a reposição das perdas na data-base de cada categoria e a elevação do salário mínimo para US\$ 79 em maio — aumento real de 23% em relação ao mínimo de US\$ 64,7 fixado pelo Governo.

Amparado por técnicos do Ministério da Fazenda, o líder do Governo na Câmara, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), divulgou uma nota onde afirma que o aumento do salário mínimo para US\$ 100 até dezembro causaria um aumento de pelo menos US\$ 5 bilhões nas despesas da Previdência com aposentados que ganham o piso.